

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Hospital Geral "Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuba - Cruzada Bandeirante São Camilo de Assistência Médico Social

Table with columns: ATIVO, PASSIVO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FNDOS EM 2017 E 2016 (EM REAIS). Rows include Caixa e Equivalentes de Caixa, Outros Créditos, Despesas Antecipadas, etc.

Table with columns: Descrição, Patrimônio Social, Resultado do Exercício, Patrimônio Líquido. Rows include Saldos em 31/12/15, Saldos em 31/12/16, Incorporação do Resultado do Exercício Anterior, etc.

Table with columns: Descrição, 1º Semestre, 2º Semestre, Total Anual. Rows include 1-1.1 Inter. (Enter. e ou Pronto-Socorro), 1-2 Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica, etc.

Fontes: www.saude.sp.gov.br (Art. 117 das Instruções nº 02/2016 - Contrato de Gestão), www.portaltransparencia.saude.sp.gov.br (Contrato de Gestão), www.gestao.saude.sp.gov.br (Relatório Contrato X Realizado)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 - Contexto Operacional: A Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Hospital Geral "Doutor Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuba, qualificada como Organização Social de Saúde, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, que tem como objetivo: I) Prestar Assistência à Saúde em geral a todos os cidadãos...

Table with columns: Exercício, Orçamento, Aditamentos, Total. Rows for 2016 and 2017.

5 - Imobilizado e Intangível (Gestão Pública)

Table with columns: 31/12/2016 (R\$), Adições (R\$), Baixas (R\$), 31/12/2017 (R\$), Tx. Dep. Anual. Rows include Máquinas Ferram. Usos Longa Duração, Equipamentos para Escritório, etc.

6 - Fornecedores

Table with columns: 2017, 2016. Rows include Fornecedores Materiais e Medicamentos, Fornecedores de Imobilizado, etc.

7 - Provisão Para Contingência:

Provisões constituídas para fazer frente às ações civis e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelos consultores jurídicos e por julgamento da administração, foi considerado suficiente para o exercício de 2017 o montante de provisão de R\$ 4.703.255,88.

8 - Atividades Assistenciais de Saúde

As atividades assistenciais de saúde desenvolvidas de forma gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, através de contratos de gestão, atendem as exigências da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS e PORTARIA Nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE), conforme demonstrado nos quadros acima: 1 - ESTRUTURA E VOLUMES DAS ATIVIDADES CONTRATADAS (1).

9 - Certificado Beneficiário de Assistência Social

A instituição é portadora do Certificado Beneficiário de Assistência Social - CEBAS-SAÚDE, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria MS nº 435, de 16 de maio de 2012. O Processo de Renovação do certificado da entidade em 2017 foi deferido em 01 de outubro de 2014, com validade até 31/12/2014. Em 16/12/2014 foi protocolado o Processo de Renovação sob nº 25000.481872027-23 que encontram-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

10 - Gratuidades

Representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS - Sistema Único de Saúde, durante o ano de 2017 o montante foi de R\$120.857.522,82 e 2016 de R\$111.882.424,84.

11 - Benefício Usufrúo

A Entidade deixou de demonstrar o cálculo das CDFNS e CSLL, devido a verba transferida originar-se de Contrato de Gestão com o Estado de São Paulo. A Quota Patronal do INSS é recolhida por decisão administrativa, e está contemplada no Orçamento de Custeio do exercício, aprovado pela Secretaria de Estado da Saúde - SES.

12 - Aplicação de Recursos

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

13 - Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas a entidade efetuou contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2017.

As administradoras da CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL - HOSPITAL GERAL "DOUTOR FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO" DE CARAPICUBA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Hospital Geral de Carapicuba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Hospital Geral "Doutor Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuba, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção seguinte intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Não há o que se reportar em relação a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Hospital Geral "Doutor Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuba, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas Acetadas com a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Hospital Geral "Doutor Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuba, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social - Hospital Geral "Doutor Francisco de Moura Coutinho Filho" de Carapicuba são aqueles com responsabilidade pelo supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas informações demonstradas contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional no âmbito da auditoria.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de Março de 2018.

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores independentes
CRC SP 0505851-0-7
CRC SP 2038420-6

Ana Maria Galvão Laporta
Sócia-Diretora
CRC SP 2038420-6

Carapicuba, 31 de dezembro de 2017.
Antonio Manoel Freitas
Presidente
Mário Luis Koell
Vice Presidente
Carolina Kullack
Diretora Administrativa
CRA Nº 109.784
João Wanderlei Bertoldo Galindo
Gerente de Controladoria
CRC Nº 1SP 178600-1

Cód.:05.02.11.04 Balanço Patrimonial

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/03/2018 14:26:50.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 27253081] - www.imprensaoficial.com.br